



Coesão social no capitalismo entre Europa e América Latina (1992-2018)

Diego Martins Dória Paulo¹

Resumo

O artigo apresenta interpretação sobre a influência do capitalismo sobre as ciências sociais. No caso em particular, interessa-nos a relação entre o modo de produção e o conceito de “coesão social”. Assim, acompanhamos a história desde a sistematização da noção até seu uso como balizador de políticas públicas na Europa e na América Latina. Pretende-se, dessa forma, demonstrar como as lutas de classes determinam mesmo a ressignificação da produção científica e seus usos políticos.

Palavras chave: coesão social, capitalismo, União Europeia, América Latina.

Cohesión social en el capitalismo entre Europa y América Latina (1992-2018)

Resumen

El artículo presenta una interpretación de la influencia del capitalismo en las ciencias sociales. En el caso particular, nos interesa la relación entre el modo de producción y el concepto de "cohesión social". Así, seguimos la historia desde la sistematización de la noción hasta su uso como faro para las políticas públicas en Europa y América Latina. De esta manera, se pretende demostrar cómo las luchas de clase determinan la resignificación de la producción científica y sus usos políticos.

Palabras-clave: cohesión social, capitalismo, Unión Europea, América Latina.

Social cohesion in capitalism between Europe and Latin America (1992-2018)

Summary

The article raised the influence of capitalism on the products of social medicine, especially on the concept of social cohesion. Thus, we follow a history of the systematization of its notion of use as an indicator of pressure in Europe and Latin America. It is intended, therefore, to demonstrate how class struggles determine the re-signification of scientific production and its political uses.

Key words: social cohesion, capitalism, Europe Union, Latin America.

O presente texto se debruça sobre a formação de consensos no capitalismo. Para tanto, acompanha a trajetória de um conceito, a saber, o de coesão social, destacando suas

¹ Universidade Federal Fluminense.

sucessivas reinterpretações realizadas ao sabor da dinâmica das lutas de classes. Iniciamos nossa história, assim, com sua sistematização sob a pena de Dürkheim. Daí o acompanhamos em sua evolução até a chegada na América Latina e sua aclimação ao ambiente social do subcontinente.

Não acreditamos, por óbvio, que conceitos têm vida e andam por aí. Se adotamos tal forma narrativa é por recurso didático, a fim de enfatizar as regularidades do capitalismo, sua relação com a produção científica e a formação de entidades empresariais para troca de tecnologias políticas ao redor do globo. O Estado burguês é outro elemento mais ou menos presente na trama, ora intervindo para beneficiar determinados atores em detrimento de outros.

Pelas diversas limitações do espaço e do autor, tivemos de ser frequentemente telegráficos, comentando documentos apenas no ponto em que eles interessavam para o argumento central. O leitor atento ao fio central do raciocínio perdoará eventuais platitudes que, aqui, constituem manobras expositivas com intenção de demonstrar a gradual progressão do que se poderia chamar de determinação econômica no significado daquele conceito. Se, apesar disso, este texto for bem-sucedido, contribuirá com a compreensão das mútuas e históricas relações entre *coesão social e capitalismo*, demonstrando que elementos-chave do pensamento sociológico trazem marca indelével de interesses classistas consigo. A força motriz que guia as linhas abaixo é, enfim, a tentativa de politizar um conceito clássico das ciências sociais.

Isso posto, convém explicar os marcos temporais escolhidos: o primeiro, refere-se ao Tratado de Maastricht, momento de coroamento da longa marcha pela coesão social e econômica na Europa; o segundo diz respeito aos nossos dias, como lembrança de que esta história ainda está em curso, apesar de seus recentes reveses.

Da coesão social à coesão econômica e social: o capitalismo como mínimo comum de toda sociabilidade possível

O conceito de *coesão social* está no inventário da sociologia praticamente desde sua formação como ciência autônoma. Estrutura obras clássicas na área, como é o caso de *Da divisão social do trabalho*, de Émile Dürkheim. Publicado originalmente em 1893, o texto trata da *função* que a divisão social do trabalho adota em *sociedades orgânicas*, demonstrando a centralidade da *especialização do trabalho* em sua vertebração. A existência desse tipo de

sociedade, assim, em vez de a um *imperativo de ordem moral*, deve-se a um construto histórico que efetivamente a *mantém* como algo possível.

É porque buscamos em nossos amigos as qualidades das quais carecemos, pois, unindo-nos a eles, que participamos de alguma maneira da sua natureza e nos sentimos então menos incompletos. Formam-se assim pequenas associações de amigos onde cada um tem seu papel conforme o seu caráter, onde há uma verdadeira troca de serviços. Um protege, o outro consola; este aconselha, aquele executa, e é esta partilha de funções, ou, para empregar a expressão consagrada, esta divisão do trabalho que determina estas relações de amizade. (DÜRKHEIM, 1978, p. 27)

A divisão social do trabalho é, aqui, algo mais amplo do que o princípio consagrado na economia política desde, pelo menos, Adam Smith. Com efeito, ela é considerada para além de seus “serviços econômicos”.

Assim, somos conduzidos a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto. Neste caso, com efeito, *os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa ao lado do efeito moral que ela produz*, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade (*Idem*, p. 27, *grifos meus*).

Na lógica da exposição, a verdadeira potência do conceito está em expressar vínculos de solidariedade que sustentam e reproduzem o *organismo social*. Tal divisão, assim, não poderia se restringir às relações sociais de produção. Ao contrário, estende-se mesmo para a divisão do “trabalho sexual” e do “trabalho familiar” - como são conceituados os cuidados reprodutivos, os impulsos sexuais *stricto sensu* e as considerações de ordem afetiva usualmente vistas entre “marido e mulher” (*Idem*, p. 28-29).

Descontados os machismos e os lugares-comuns cientificistas, como medições de crânios masculinos e femininos para comprovar a tese do papel social – e supostamente biológico – da diferenciação do trabalho sexual, podemos avançar rumo ao núcleo do argumento. Dürkheim conclui que a *especialização* expressa o que forma sociedades complexas; é ela também o agente que afiança sua manutenção e, por fim, expansão. A *função* da divisão social do trabalho, assim, é precisamente “integrar o corpo social, assegurar sua unidade” (DURKHEIM, 1978, p. 30-31). Não importa, pois, o princípio organizativo dessa forma de vida, bem como os *luxos* derivados de sua operação, como queriam os economistas políticos clássicos. Trata-se tão somente do mínimo comum que permite o ser social.

Se esta hipótese fosse demonstrada, a divisão do trabalho desempenharia um papel muito mais importante do que aquele que se lhe atribui ordinariamente. *Ela não serviria apenas para dotar nossas sociedades de um luxo, invejável talvez, mas supérfluo; ela seria uma condição de sua*

existência. É por ela, ou, pelo menos, é sobretudo por ela, que estaria assegurar sua *coesão*; é ela que determinaria os traços essenciais de sua constituição (*Idem*, p. 31, *grifos meus*).

Deixamos agora o fim do século XIX e chegamos em 7 de fevereiro de 1992. Um tratado acaba de ser assinado em Maastricht, na Holanda. Lançam-se, então, as bases para a criação da União Europeia, no ano seguinte. O Artigo 2º do texto se refere exatamente ao conceito de *coesão*, aqui entendido como *expressão de harmonia e consenso sociais*. Dessa vez, contudo, a coesão não é a expressão de acordos primordiais que permitem a sociedade, mas é também “econômica”.

A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Econômica e Monetária e da aplicação das políticas ou ações comuns a que se referem os artigos 3.º e 3.º-A, promover, em toda a Comunidade, *o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades econômicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias*, um elevado nível de emprego e de proteção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, *a coesão econômica e social e a solidariedade entre os Estados-membros*. (TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992, p. 11, grifos meus)

Figurar no Tratado de Maastricht tornou a coesão quase que uma bandeira da União Europeia. A Wikipédia, enciclopédia que serve sobretudo para ilustrar o senso comum virtual, define a *coesão social* sucintamente como a “política de cooperação adotada pela União Europeia”². O objetivo seria a *integração das ações nas áreas social, econômica e territorial*, no âmbito do continente europeu. A coesão social, portanto, passaria a incluir certas políticas que resultariam da “convergência dos comportamentos econômicos”, além da usual preocupação com a *harmonia* e o *consenso*.

Para entender melhor como chegamos a isso, é preciso retroceder um pouco mais, a 9 de maio de 1950, data da *Declaração Schuman*. Editado à luz do terror da Segunda Guerra Mundial (que, lembremos, reduziu parte significativa do continente a escombros), o texto propunha a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), com vistas a criar um mercado comum para esses produtos entre os países signatários (França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo). O *sítio* da União Europeia dedicado a contar a história do tratado relembra um dado essencial.

Em 1950, cinco anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, as nações europeias continuavam a braços com a devastação causada pelo conflito. *Os governos europeus, determinados a evitar que se repetisse uma guerra tão*

2 https://pt.wikipedia.org/wiki/Coes%C3%A3o_social (acessado em 29/11/2018 às 16h57)

terrível, chegaram à conclusão de que a colocação em comum da produção de carvão e de aço iria tornar a guerra entre a França e Alemanha, países historicamente rivais, “não só impensável mas materialmente impossível”. Pensou-se, e com razão, que a fusão dos interesses econômicos contribuiria para melhorar o nível de vida e constituiria o primeiro passo para uma Europa mais unida. A adesão à CECA foi, assim, aberta a outros países³ (grifos meus).

A preocupação dos autores da declaração parece clara já no princípio do texto. “A contribuição que uma Europa organizada e viva pode dar à civilização é indispensável para a manutenção de relações pacíficas”, abre o segundo parágrafo da declaração. A partir daí, desdobram-se argumentos com verniz histórico sobre a busca *constante* do governo francês – Schuman era, afinal, um ministro francês – pela paz europeia. Seguimos nesta toada até o ponto alto do texto, destacado no site da UE. Todo o documento, entretanto, expõe a integração econômica principalmente como um meio para a paz – preocupação absolutamente compreensível no contexto, especialmente se considerados os efeitos da Segunda Guerra Mundial – e a “melhoria do nível de vida”. Se a *convergência de comportamentos econômicos* está presente em 1992, em 1950 dela não se tem notícias.

Nossa próxima parada é 25 de março de 1957. Era então lançado o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA). Reconhecidos como marcos iniciais da União Europeia, os textos (são, na prática, dois, um para cada objetivo assinalado acima), já trazem novidade no que diz respeito à cooperação econômica. O viés antibelicista recua diante do avanço da prescrição de certos *comportamentos econômicos*. No documento, criam-se a União Aduaneira, tornando a CEE uma área de “mercado comum”; e a Política Agrícola Comum (PAC), que determinou a livre circulação dos produtos agrícolas dentro da CEE, assim como a adoção de políticas protecionistas que permitiriam os agricultores europeus enfrentarem em melhores condições a concorrência de países não pertencentes à comunidade.

Ambos os acordos são vistos como normais gerais que regulamentam o capitalismo no continente: proíbem monopólios, concedem incentivos comerciais às “regiões periféricas” da Europa e versam sobre as integrações das comunicações e dos transportes – vistas como necessárias para a efetivação do mercado comum. Diante do objetivo deste texto, o que mais chama atenção no Tratado de Roma é a restrição da livre circulação de pessoas, capitais e serviços. A “liberdade” destes teria de esperar o Ato Único Europeu (AUE), de 1986, e, finalmente, o Tratado de Maastricht.

3 https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt (acessado 27/11/2018 às 11h22).

Se justapormos os referidos documentos à reprodução ampliada do capitalismo europeu no período, não nos surpreenderá a relação de mútua determinação que se evidencia. Com efeito, a formação da União Europeia transcorreu a maior parte sob os *Anos Dourados* do pós-guerra, período no qual, nos países industrializados da Europa Ocidental, “todos os recordes de crescimento foram batidos” (HOBSBAWM, 1994, p. 254). Todavia, a julgar pelos dados que levam em consideração os números da República Federal da Alemanha e da França, o capital fixo e a produtividade do trabalho tiveram importante crescimento entre 1950 e 1973, para logo se retraírem a níveis similares aos anteriores a partir da década de 1970 (CRAFTS e TONIOLO, 1996). Nesse sentido, a expansão capitalista daí oriunda encontra apenas uma das explicações possíveis na progressiva abertura econômica mencionada (ANDRÉS, Javier, DOMÉNECH, Rafael e MOLINAS, César, 1993). Haveria, ainda, de se levar em conta a reconstrução europeia após a guerra – apontamento que ganha ainda mais força quando comparamos as taxas de crescimento europeu às margens muito menores dos Estados Unidos, que tiveram seu território continental preservado (HOBSBAWM, 1994, p. 254). A interpretação do balanceamento entre poderes público e privado que marcou o *capitalismo organizado*, todavia, parece ter consolidado a crença na eficiência das políticas de abertura para o crescimento (SHONFIELD, 1968).

Como sabemos, os preceitos liberais ganhariam forças entre os anos 1960 e a década de 1970, época em que o esgotamento do desenvolvimento econômico assentado no compromisso fordista criou uma situação nova. O período áureo ficava inegavelmente para trás, e a metamorfose do capitalismo – com a reestruturação produtiva e a hipertrofia de sua instância dita financeira – lançava as bases para uma nova etapa de acumulação (BRAGA, 1996). É sob esse prisma que a ampliação da abertura econômica para incluir a livre circulação de capitais, pessoas e serviços deve ser analisada. Já em uma conjuntura de ascensão do paradigma *neoliberal*, o enfraquecimento da expansão capitalista provocou a busca por *mais abertura* – favorecendo, por esse expediente, a nova forma predominante de relações sociais de produção que se gestava.

Por múltiplas determinações que aqui não temos tempo de tratar, mas que compreendem também os elementos acima citados, forjou-se, então, o “maior mercado financeiro do mundo”, tendo o euro como veículo principal de sua integração. Assim,

[...] depois do Ato Único de dezembro de 1985, no qual foram formuladas as premissas da livre circulação de pessoas, serviços e capitais no espaço comum, a oficialização da moeda foi considerada por seus criadores como a premissa indispensável para a integração europeia e para a criação do maior

mercado financeiro do mundo (VASAPOLLO, CASADIO, MARTUFI, CARARO, 2004, p.32).

Permitia-se a ampliação dos investimentos especulativos e, no mais, favorecia-se a concentração do que Virgínia Fontes (2010) chamou de recursos sociais de produção no interior da Europa – ao extinguir barreiras cambiais entre países europeus. Paul Krugman demonstra como o continente teria progressivamente reforçado o seu “esquema centro-periferia” interno, cujo motor, por parte dos grupos econômicos dos *países centrais*, era a tendência de buscar áreas de menor nível salarial para seus investimentos – processo que se consolida quando da permissão à livre movimentação dos capitais instituída em 1985 (KRUGMAN *apud*, VASAPOLLO, CASADIO, MARTUFI, CARARO, 2004). Veremos mais abaixo como esse mesmo processo acaba forçando empresas menos competitivas a migrarem para fora do Velho Mundo – sobretudo para a América Latina, no caso sob análise.

As transformações que engendraram a nova estrutura produtiva e a evidenciação de que a Europa não era o reino de paz social imaginado recolocaram na ordem do dia antigas preocupações das classes dominantes locais. Com objetivo de *atender regiões menos desenvolvidas do continente*, criava-se, em 1975, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este assegurava aportes com o fito de “corrigir desequilíbrios resultantes, nomeadamente, da predominância agrícola, das alterações industriais e do subemprego estrutural”⁴.

A disposição contrarrevolucionária da iniciativa parece clara, ao atuar especialmente sobre as áreas mais propensas a sentir o impacto tanto da *desigualdade de desenvolvimento* quanto da nova realidade do mundo produtivo, cuja fórmula de expressão aqui é o chamado *subemprego estrutural*. Aquela política preventiva ganharia mais nitidez a partir de 1988, com o anúncio de *políticas de coesão* que visavam evitar turbulências com o ingresso de “economias periféricas” na união, notadamente os casos de Grécia (1981) e Portugal (1986). Dessa forma, reuniu-se um orçamento de 64 bilhões de ECU (Unidade de Conta Europeia) cuja destinação teria como critérios alguns “princípios essenciais”, conforme o *sítio* da UE: “focalização nas regiões mais pobres e menos avançadas, programação plurianual, orientação estratégica dos investimentos, participação dos parceiros regionais e locais”⁵. Anunciava-se, por conseguinte, engenhosa operação que, baseada em cálculos econômicos para *otimização*

4 Documento disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/funds/feder/index_pt.htm (acessado em 30/11/2018, às 21h06)

5 https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/what/history/ (acessado em 30/11/2018, às 21h13)

dos recursos, tendia a minimizar antagonismos resultantes da reunião, em uma mesma comunidade, de formações sociais com características e problemas tão distintos.

Essa foi uma das formas de apaziguar contradições no interior do nem um pouco homogêneo *bloco europeu*. O Fundo de Coesão instituído em Maastricht coroa essa busca pela superação, se não das desigualdades regionais, ao menos das preocupações com o potencial explosivo do descompasso no crescimento. Diante de um inventário de políticas sociais para a construção de consensos no interior da sociedade de mercado – reunidas, aqui, sob a alcunha da *coesão econômica e social* -, tornavam-se aceitáveis os diferentes *ritmos* das economias europeias, tomadas como entidades autônomas determinadas por suas condições sociais específicas. O Tratado de 1992 consolida em regra essa nova realidade essencialmente política.

Também está implícito no Tratado de Maastricht a legitimidade de uma Europa que apresenta diversas velocidades, deixando transparecer que, em uma comunidade de iguais, há alguns que são ‘mais iguais do que outros’. Com esse perfil, Maastricht não é a continuação do Tratado de Roma, senão uma evidente contradição do polo geoeconômico europeu (*Idem*, p. 33).

Não causa surpresa, nesta altura, constatar que a primeira vez em que se fala explicitamente de *coesão* é precisamente em Maastricht. O metabolismo do capitalismo europeu em sua relação centro-periferia intensifica contradições no interior do continente – as quais, em outras épocas históricas e fases de desenvolvimento do capitalismo, tenderam a ser deslocadas para outros espaços mundiais. A busca pela coesão *econômica e social* parece ser imaginada como cuidado preventivo à maturação das incontornáveis contradições, sendo ela uma expressão da busca por *harmonia social*, como já mencionado – que é pouco mais do que uma forma de conservação da ordem.

Isso, porém, não é tudo. A acentuação do elemento *econômico* no tradicional conceito de coesão social – elemento que Dürkheim explicitamente secundariza como *acidental*, em linguagem aristotélica – traz embutido em si determinações ao ser social e ao devir. Ora, a coesão, aqui, não é apenas o mínimo grau de consenso que viabiliza qualquer forma de sociabilidade dita complexa; mas demanda a aplicação de políticas econômicas pontuais, identificadas umbilicalmente com que se tem chamado de “financeirização”. Vejamos um trecho de outro artigo da Carta de Maastricht.

“Artigo 3.º-A
(...)”

2. Paralelamente, nos termos do disposto e segundo o calendário e os procedimentos previstos no presente Tratado, essa ação implica a fixação

irrevogável de taxas de câmbio conducentes à criação de uma moeda única, (O Euro), e a definição e condução de uma política monetária e de uma política cambial únicas, cujo objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços e, sem prejuízo desse objectivo, o apoio às políticas económicas gerais na Comunidade, de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência.

3. Essa ação dos Estados-membros e da Comunidade implica a observância dos seguintes princípios orientadores: preços estáveis, finanças públicas e condições monetárias sólidas e balança de pagamentos sustentável.” (TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992, p. 13)

Quando em 1992 se cria juridicamente a União Europeia, portanto, tem-se o coroamento de uma longa história de “integração econômica” no continente. O uso do conceito de *coesão* atrelando-o à economia exemplifica a importância da questão. Se, inicialmente, essa associação tinha sobretudo fins antiguerra, com o passar do tempo se tornou mecanismo de reprodução do capitalismo – sendo reinterpretado, inclusive, à luz das necessidades históricas do modo de produção: do compromisso fordista à primazia do *modo de acumulação neoliberal*, com seu apelo por ajuste fiscal permanente e com o endurecimento democrático, este explicitado no alijamento de princípios econômicos de qualquer alcance eletivo. Associar capitalismo e coesão social, isto é, o elemento que versa sobre a harmonia necessária ao *estado mínimo de integração grupal de indivíduos*, sela, assim, uma ousada tática de naturalização da sociabilidade do capital – ou, ainda, de sua imposição como mínimo comum de toda sociabilidade possível.

Europa e América Latina; coesão social e capitalismo

Em 2006 foi realizado o *XVI Cumbre Iberoamericano*, organizado pela Secretaria General Iberoamericana (SEGIB), em Montevideo. Criada em 2004, a SEGIB reúne, em *cúpulas*, chefes de Estado da “comunidade iberoamericana”, a fim de debater políticas públicas que envolvam relações entre a América Latina e a Península Ibérica. O *desenvolvimento* e a *projeção internacional* das nações componentes das regiões são pautas desses encontros

O *site* da organização descreve sua *missão* e suas atividades.

Com sede central em Madrid, a SEGIB foi criada com os objetivos de:

- Contribuir com o fortalecimento e a *coesão* da Comunidade Iberoamericana e impulsionar sua projeção internacional.
- Colaborar com a preparação de Cúpulas de chefes de Estado e de Governo, em estreita cooperação com a Secretaria Pro Tempore, que é hospedada no país anfitrião do encontro.

- Fortalecer o trabalho de desenvolvimento em matéria de cooperação nos marcos da Conferência Iberoamericana, em conformidade com o Convênio de Bariloche.
- Promover os vínculos históricos, culturais, sociais e econômicos entre os países iberoamericanos, reconhecendo e valorizando a diversidade de seus povos.
- Executar os mandatos que recebem das cúpulas e reuniões de ministros de Relações Exteriores iberoamericanos.
- Coordenar as distintas instâncias da Conferência Iberoamericana com os demais organismos da comunidade⁶.

A *coesão* da comunidade aparece como objetivo perseguido. Pautada por este princípio, a reunião do ano seguinte, a ser celebrada em Santiago, no Chile, teria como ponto básico de discussão a busca por formas de efetivação da *coesão social* na América Latina e no Caribe. A fim de preparar os debates, um *pool* de agências internacionais organizou um livro, intitulado *Cohesión Social: inclusión y sentido de pertenencia em América Latina y el Caribe*. A obra traça linhas gerais da discussão e apresenta o uso que se daria ao conceito⁷. Lançado à circulação pública e distribuído, inclusive, pela internet, o material tem obviamente alcance maior do que os seminários da *cúpula*, servindo como produto de divulgação das ideias difundidas pelas entidades do encontro.

O prólogo é assinado pelo secretário-geral do SEGIB, Enrique V. Iglesias, e trata do trânsito que a noção de *coesão social* realizou do âmbito escolástico para a arena do debate e das políticas públicas.

Cabe recordar que a União Europeia foi a primeira a identificar este elemento e lhe prestar atenção especial. Poder-se-ia dizer que em sua primeira etapa, desde o Tratado de Roma em 1957, o avance do progresso de integração esteve baseado no pressuposto de que a liberalização dos intercâmbios econômicos conduziria a melhoras importantes do bem-estar geral e à redução das diferenças regionais. Entretanto, em certo momento houve o consenso de que se requeriam políticas ativas para reduzir as diferenças regionais, o que deu lugar à criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (1975), destacando a necessidade de ‘coesão econômica e social’ que, em 1992, converteu-se em um objetivo da União, com a criação do Fundo Social Europeu, e, depois de Maastricht, passou a ser considerada um eixo da política comunitária. (COHESIÓN SOCIAL, 2007, p. 10)

A interpretação histórica acima exposta ressalta os vínculos entre *abertura econômica* e a *coesão social*. Algumas diferenças existem entre esta história e a reconstrução feita acima,

6 Ver em: www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/Iberoamerica/Paginas/SEGIB.aspx (Acessado em 02/10/2018 às 12:51).

7 Entre as agências, além da SEGIB, constam a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). De comum entre as duas primeiras, o fato de serem braços do Estado espanhol, como se verá mais abaixo.

baseada em parte no sítio da EU, em parte em especialistas no tema. A EU destaca 1950 – e não 1957 – como o “ponto de partida” da comunidade. Por outro lado, os autores discutidos enfatizam que os fundos para coesão social serviram para dirimir contradições surgidas entre economias com “ritmos distintos” – não necessariamente como meio de redução das desigualdades. Compreende-se, porém, o porquê do documento referido sugerir uma interpretação alternativa. Trata-se, afinal, de um panfleto feito para divulgar, na América Latina e no Caribe, as políticas públicas inscritas sob aquela rubrica. Redução das desigualdades é um canto da sereia, especialmente em áreas como essas.

A adaptação da história da coesão social ao ambiente social latino-americano e caribenho não para aí. Região marcada por suposta *cultura política autoritária*, a América Latina e o Caribe extrairiam dessas políticas públicas o benefício do fortalecimento da democracia. Afetada, ainda, pela “exclusão social”, os ajustes defendidos reforçariam o “sentido de pertencimento” a essas sociedades, por meio de políticas de “inclusão” cujo corolário é o reforço da coesão social. (COHESIÓN SOCIAL, 2007, p. 52).

Não é necessário insistir sobre a importância que tem a coesão para o funcionamento estável das sociedades em geral e das latino-americanas em particular e, sobretudo, para o alicerce e aperfeiçoamento da institucionalidade democrática.

Todavia, convém enfatizar essa relevância porque em muitas ocasiões o raciocínio dominante tende a se centrar no crescimento econômico – sem dúvida de enorme importância – deixando na sombra a relação de mútua realimentação que tem com os processos de natureza social que explicam o fortalecimento do que acertadamente a CEPAL denomina “sentimento de pertencimento” como expressão da coesão social. (COHESIÓN SOCIAL, 2007, p. 9)

Seria importante destrinchar os elementos que aparecem acima, notadamente a questão da democracia e da “exclusão social”. O espaço, porém, é curto para responder tais perguntas. Assim, optamos por uma análise mais indicativa dos *usos* do conceito de coesão social. Evidencia-se, dessa forma, que esse debate não é de pretensão meramente acadêmica. Trata-se, ao contrário, de discutir princípios que iluminem políticas públicas voltadas a assegurar a *harmonia social no continente* – e as preocupações com aqueles elementos denotam a compreensão de que a realidade latino-americana e caribenha é distinta da europeia, com o que problemas cuja intensidade é própria do capitalismo dependente. Assegurar a coesão social, por conseguinte, possibilita o perseguido desenvolvimento econômico por dotar as nações latino-americanas de *estabilidade social*.

Assim, o traslado da ideia de *coesão social* da Europa para a América já traz consigo determinações novas que são frutos da história do capitalismo no século XX. Por estas longitudes, por sua vez, o conceito se associa a questões típicas da região – ganhando um novo sentido. Percebemos melhor seu enriquecimento pela contribuição de uma das agências que fomentam as cúpulas da SEGIB e patrocinam o livro acima referido. Isso fica claro ao observarmos a declaração de princípio de um dos órgãos que promove os referidos debates e o documento acima citado. No *site* da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECID), consta o seguinte.

Como estabelece a lei 23/1998 de 7 de julho, foi criado o órgão de gestão da política espanhola de cooperação para o desenvolvimento. *Faz parte da ação exterior do Estado espanhol* e se fundamenta em uma concepção interdependente e solidária da sociedade internacional. *Seu objetivo é o fomento, a gestão e a execução de políticas públicas de cooperação internacional para o desenvolvimento*, dirigidas à luta contra a pobreza e a consecução de um desenvolvimento humano sustentável nos países em desenvolvimento, aqueles reunidos no V Plano Director da Cooperação Espanhola.

A AECID trabalha em mais de 30 países no mundo. Em 2015, adotou a nova agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que redigirá os planos de desenvolvimento mundiais durante os próximos 15 anos. Expõem-se 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que incluem pôr fim à pobreza no mundo, erradicar a fome e alcançar a segurança alimentar; garantir uma vida saudável e uma educação de qualidade; alcançar a igualdade de gênero, assegurar o acesso à água e à energia, promover o crescimento econômico sustentável, adotar medidas urgentes contra a mudança climática, promover a paz e facilitar o acesso à justiça⁸.

Vemos, assim, elementos típicos da periferia do sistema serem considerados na formação de um conceito que verse sobre determinações sociais gerais para o enfrentamento de contradições oriundas do capitalismo. Trazê-los para o centro das atenções daqueles encontros enfatiza o potencial gerador de consenso de sua superação. Ainda mais importante, contudo, consideramos os *meios* para se atingir tais fins. Nos documentos que detalham o plano de ação da referida Agenda 2030, a resolução desses problemas passa pela ampliação do mercado como mecanismo de interação social (PLAN DE ACCIÓN AGENDA 2030, P. 44). O Estado já teria demonstrado a incapacidade de sozinho atingir aquelas metas, sendo necessário o envolvimento do setor privado, a fim de “aportar capital e contribuir, com seus serviços, para resolver os grandes dilemas da humanidade” (AECID, 2017, p. 6). A grandiloquência da proposição demonstra a centralidade de empresas e “ONG’s” no esforço combinado que envolve muitos “agentes”.

8 Ver em: <https://www.aecid.org.co/index.php?idcategoria=2463> (acessado às 02/10/2018 às 12:39)

Virgínia Fontes (2010) tem insistido sobre a importância de se analisar *a conversão mercantil-filantrópica* de lutas populares operada por uma parte das chamadas “ONG’s”. Contando com ajuda empresarial, essas associações expressam a focalização das reivindicações que historicamente estruturaram as pautas da classe trabalhadora. Dessa forma, as lutas são esterilizadas em seu conteúdo potencialmente revolucionário na medida em que perdem o horizonte ético-político, nos dizeres de Antônio Gramsci, e têm diluído seu conteúdo classista. Por esse expediente, abre-se caminho para o avanço de consensos que conformam um solo social ótimo para o desenvolvimento capitalista. São, ainda, postas bases para a (re)construção da hegemonia burguesa em nosso tempo, operada principalmente pelo setor privado.

Não é surpreendente, portanto, constatar que, em paralelo às preocupações da AECID e da SEGIB, secundadas pela CEPAL, cresce o interesse capitalista na região. Se atentarmos para o fato de que as duas primeiras são braços do Estado espanhol, a relação se anuncia com mais clareza. Coesão social e capitalismo parecem mesmo caminhar de braços dados, tendo, no mínimo, *afinidades eletivas*.

Ora, é consenso entre os economistas uma virada de rumo no capitalismo europeu na década de 1990. Dado o exposto acima, o caso espanhol nos interessa de perto. Caracterizada historicamente por ser grande receptora de investimentos, a Espanha passaria, então, a exportar capital. As explicações para o fato tendem a articular um conjunto de fatores internos e externos. Eis algumas linhas principais: a) a influência da União Europeia sobre a dinâmica empresarial espanhola, ressaltando-se a expectativa de concorrência com grupos de maior força vindos, sobretudo, da Alemanha (SÁNCHEZ DÍEZ, 2002); b) as aberturas, desregulamentações e liberalizações econômicas realizadas na América Latina a partir dos anos 1980, no conjunto de medidas que passou à história como “ajuste neoliberal”, cuja capacidade de atração serviu para fornecer a capitais forâneos, como o espanhol, oportunidades de ganhos facilitados; c) a dinamicidade do setor de serviços no mercado doméstico espanhol e a relativa limitação populacional, razão, no primeiro caso, da muscularidade de empresas desse nicho de mercado e, no segundo, do descompasso entre expectativa de crescimento e capacidade de realização interna (GUILLÉN, 2005); d) a concentração e a centralização de capital no setor de serviços – principal grupo dentre as empresas transnacionalizadas (SÁNCHEZ DÍEZ, 2002)⁹; f) o tamanho do mercado potencial

9 Relatório da CEPAL revela que as empresas espanholas que puxaram os IED na região concentram suas atividades básicas no setor de serviços. São elas: Telefónica de España, Banco Santander, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), Repsol – YPF, Endesa España, Iberdrola, Unión Fenosa. (CEPAL, 2001, p. 112).

da América Latina e sua potencialidade de crescimento, sendo este importante fator de atração de investimentos externos diretos (IED) (RUESGA E BÉJAR, 2008).

Há, contudo, que se destacar aqui a atuação promotora do Estado, responsável por medidas tais quais linhas de créditos especiais para a internacionalização do capital, pela capacitação de “recursos humanos”, por programas de instrução empresarial sobre os desafios da internacionalização de empresas, e, finalmente, pela instituição de agências estatais que funcionaram como espécies de postos avançados do capitalismo espanhol em terras distantes (RUPPERT e BERTELLA, 2012; RUPPERT e LIMA, 2011). Convém sublinhar, nesta altura do texto, que a SEGIB e a AECID se encaixam precisamente na descrição acima.

O movimento ora estudado se tornou significativo para as economias latino-americanas a partir dos anos 1990. Dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) detalham o processo em tela. No balanço lançado em 2001, detalha-se a penetração de capitais europeus no espaço latino-americano desde os anos 1990. Essa nova descoberta da América pelos europeus foi liderada precisamente por espanhóis, conforme vemos abaixo.

As inversões europeias na América Latina têm sua origem principalmente na Espanha, Reino Unido, Países Baixos, França, Itália, Portugal e Alemanha. Entre 1992 e 2000, cerca de 50% das inversões comunitárias na região provieram da Espanha, e este país se converteu no maior investidor estrangeiro na América Latina. (...) As privatizações latino-americanas nos princípios dos anos 1990 foram o canal através do qual se iniciou tal processo (CEPAL, 2001, p. 111).

De um modo geral, as transações no mercado internacional são também determinadas por movimentos internos na economia das nações. No caso em tela, a crise capitalista que atingiu a Espanha mais acentuadamente a partir de 2007 causou importante impacto no volume de investimentos entre aquele país e a América Latina, como vemos abaixo no relatório da CEPAL produzido em 2008.

Cerca de 41% dos ativos acumulados de IED na região (o acervo de IED) são de empresas europeias, e esta presença é particularmente importante na América do Sul. O IED europeu é dominado principalmente pela Espanha, que representou 29% dos investimentos europeus em projetos novos na região e 29% do valor das fusões e aquisições europeias no período 2005-2017. Alemanha (16%), Reino Unido (13%), Itália (12%) e França (11%) são os outros países investidores mais destacados em projetos novos na região. (CEPAL, 2018, p. 11)

Dessas, as duas maiores, têm atuação destacada no financiamento do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) – sobre o qual falaremos mais abaixo.

Em que pese os abalos terem sido severos no território espanhol, dos quais os resultados políticos debilitaram, sobretudo, a capacidade *empresarial* do Estado, a participação do país na região permaneceu sendo a maior dentre os europeus, com montantes quase duas vezes superiores aos registrados pelo segundo colocado, a Alemanha. Isso se deve não apenas à continuidade da ação dos aparelhos de Estado, aqui exposta, mas também à atuação cada vez mais destacada de *think tanks* que fertilizam, com a defesa da “*coesão*”, o solo social latino-americano para o prosseguimento dessas inversões.

Cieplan e IFHC: *think tanks* fertilizando o solo social do capitalismo latino-americano

A noção de *think tank* se populariza após a Segunda Guerra Mundial, buscando designar espécies de *laboratórios de ideias*; entidades que influenciam políticas e debate públicos. Sob roupagem pretensamente técnica, entretanto, tais organizações buscam difundir interesses particulares apresentando-os como demandas do conjunto dos cidadãos. A fim de destacar a impossibilidade da efetiva neutralidade da atuação dessas e de outras associações homólogas, além de evidenciar seus vínculos classistas em sociedades capitalistas, Antônio Gramsci cunhou o conceito de *aparelho privado de hegemonia* (APH). Os APHs, pois, buscam organizar vontades coletivas com o fito de generalizar interesses de classes e frações classistas por eles representados (GRAMSCI, 2014).

Consideramos a Cieplan e o IFHC importantes APH's no ambiente latino-americano. Sua influência pode ser dimensionada por posições (respectivamente, 11º e 12º) em rankings como o da *The Global go to Think Tank*, lista que busca expor os *think tanks* com maior influência na América do Sul¹⁰. Interessa-nos, por isso, recuperar suas histórias para identificar vínculos com as empresas espanholas.

A história da Cieplan começa no início do governo da Unidade Popular (UP), de Salvador Allende, em 1971. Na ocasião, vinculado à Universidad Católica do Chile (UCC), formou-se o *Centro de Estudios de Planificación Nacional* (CEPLAN) com o fito de contribuir com a construção de um caminho *democrático e chileno* para o socialismo (CIEPLAN, 2016, p. 16).

Meses depois, entretanto, os intelectuais passaram à oposição, por discordarem da política de “gastos públicos” adotada pelo governo socialista (*idem*, p. 16). O golpe militar de 1973 deu fim ao mandato da UP e pôs as universidades sob intervenção militar. Na UCC, foi

10 GLOBAL GO TO THINK TANKS REPORT, 2017, p. 72. Acessível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=think_tanks

demitido o reitor Fernando Castillo Velasco, idealizador da CEPLAN, substituído por um almirante da reserva que expurgou os quadros acadêmicos. Forçada a se desvincular formalmente da academia, a CEPLAN se tornou *Corporacion de Estudios para Latinoamerica* (CIEPLAN), acrescentando um “I” em sua sigla para ressaltar sua *independência* em relação à ditadura. O processo de transição contou com o trabalho importante daquele que se tornaria seu mais destacado quadro intelectual: Alejandro Foxley.

Censurado pelo autoritarismo, a influência do *think tank* no Estado chileno se efetivaria com a redemocratização. Participando ativamente da campanha plebiscitária contra a ditadura, a CIEPLAN denunciou a pobreza chilena e a necessidade da retomada democrática. A vitória do “Não” no pleito de 1988 preparou o caminho para novas eleições presidenciais. A entidade, então, surgiu como a articuladora do programa de governo da *Concertación de Partidos por la Democracia*, frente ampla de opositores ao regime ditatorial (*Idem*, p. 42).

Com efeito, no governo de transição, a CIEPLAN teve papel central – inclusive com seus membros ocupando postos no Estado. O trabalho de análise produzido durante a ditadura e a formação de redes de conexões com dirigentes sociais, sindicais, empresariais, políticos e acadêmicos, também durante os anos de Pinochet, ajudam a explicar a força e a legitimidade política da organização no momento de transição democrática. Nesse momento, a política econômica defendida pela CIEPLAN, então, girou em torno de um paradigma: continuidade e mudança, ressaltando que o tempo de luta contra o experimento neoliberal havia ficado para trás (*Idem*, p. 44).

Relembrar, ainda que rapidamente, a história da Cieplan, assim, é relembrar uma trajetória de transformações políticas. Com efeito, de suporte ao governo socialista da UP, os *cieplanes* converteram-se em epígono da política econômica praticada pela ditadura: sobretudo no que toca à desregulamentação e à abertura econômica, princípios que favoreceram o IED na América Latina. A isso, soma-se a prática de combate a pobreza por meio de políticas sociais que, entretanto, procuraram resguardar o país do *populismo* – aqui circunscrito à *irresponsabilidade nos gastos públicos*. Temos, portanto, uma organização com metas significativamente distintas daquelas da CEPLAN. É bastante significativo, portanto, perceber a virada da entidade em sua relação com o início do seu financiamento por uma supracitada agência estrangeira: a AECID, o braço do Estado espanhol para assuntos exteriores¹¹.

11 http://www.cieplan.org/quienes_somos/historia.tpl (acessado em 30/11/2018, às 15h02)

Outro *think tank* mencionado acima, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) também conta com suporte econômico de empresas espanholas, tais quais a Telefónica de España, o Banco Santander e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), significativamente três das cinco maiores investidoras na América Latina (CEPAL, 2001). Além destas, a persistente AECID também financia atividades do instituto. A figuração do IFHC neste texto, porém, deve-se também à sua proximidade à Cieplan. Com efeito, a história de ambas organizações tem diversos exemplos de apoio mútuo, demonstração de evidente parceria para troca de tecnologias políticas.

Para fins deste trabalho, interessa-nos em especial seus esforços combinados em projetos de *promoção de coesão social* pela América Latina e o Caribe. Com efeito, em 2008 saiu um livro chamado *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*, assinado por Bernardo Sorj e Danilo Martuccelli, e lançado com apoio do IFHC e da Cieplan. De acordo com a versão eletrônica disponibilizada no *site* da fundação,

[...] este trabalho foi escrito como contribuição ao projeto Nova agenda de coesão social para a América Latina, realizado pelo IFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso e pelo Cieplan – *Corporación de Estudios para Latinoamérica*. O projeto foi realizado em 2006 graças ao apoio da União Europeia e do PNUD (SORJ e MARTUCCELLI, 2008, p. 1).

A participação da União Europeia evidencia a já apontada linha de continuidade entre a busca por coesão social na Europa e na América Latina, cuja ponte é o interesse da burguesia do velho continente, principalmente a espanhola. Nesse sentido, é significativo a obra ser fruto de projeto de pesquisa realizado em paralelo aos eventos da SEGIB, aqui descritos, e o momento de expansão dos IED europeus na região deixa patente a relação entre o capitalismo, estabilidade política e coesão social, aqui entendida como espécie de feixe que reúne políticas públicas para a formação de consensos. Nesse sentido deve ser compreendido o argumento dos autores a favor da adaptação das políticas de coesão social para a “realidade latino-americana”, a fim de se conquistar por aqui o que lá teria sido possível: a redução do grau de antagonismos sociais rumo a uma sociedade sem polarizações e mais harmônica, cujos conflitos – que permaneceriam existindo – deveriam ser aquilatados no interior da ordem.

A coesão social nos tempos modernos não pode ser dissociada da mudança e do conflito social. As sociedades modernas estão em mutação constante, o que implica que elas geram permanentemente processos de desintegração das formas de sociabilidade, abrindo lugar ao mesmo tempo para novos mecanismos de integração nos quais a participação das demandas dos cidadãos desempenham um papel central. (*Idem*, p. 291).

A pressuposição da inevitabilidade de conflitos vem de uma leitura específica da história do continente. De acordo com os autores, a época analisada – a primeira década dos anos 2000 – teria sido palco de grandes transformações na sociedade latino-americana, cujo amadurecimento se deu ao longo dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria e das ditaduras que acometeram alguns dos principais países da região. Um novo padrão de sociabilidade teria emergido, exigindo nova forma de atuação do Estado, nova relação entre as partes da sociedade e preocupações renovadas com a *res pública*. Em um continente onde o *mercado* avança irrefreavelmente, a coesão social seria a rubrica sob a qual uma série de medidas seriam reunidas, buscando assegurar a manutenção do *tecido social* pelo combate a possíveis bolsões disruptivos.

Aqui se encontra talvez o núcleo central do drama das sociedades latino-americanas contemporâneas: na medida em que o social, cada vez mais penetrado pelo mercado, não se sustenta mais nos laços sociais de dependência, favoritismo, paternalismo e hierarquia, o Estado deve assumir o papel de fiador do pacto social entre cidadãos livres e iguais, através da imposição da lei e da proteção social. Mas a resposta do Estado a essa nova realidade social se realizou em geral muito mal na maioria dos países do continente. Não só a transformação social foi mais rápida e profunda do que a do Estado, mas também, em muitos países, inclusive as instituições públicas e o sistema político parecem ser o principal refúgio da tradição clientelística e nepotista (Idem, p. 17).

Uma tensão permanente perpassa o texto Sorj e Martuccelli: a da *tradução* dos princípios da coesão social construídos na Europa para uma realidade social muito distinta, qual seja a da América Latina. Cremos que este objeto tem a potencialidade de revelar a conversão e a adaptabilidade de paradigmas que, originados por prevenção contrarrevolucionária em um dado espaço-tempo, ao circularem para outras realidades devem ser modificadas sem, contudo, perder as potencialidades oferecidas nas lutas de classes em seu ambiente de origem. Assim, em que pese a identificação dos traços da *coesão social* como sendo de tecnologia política útil para setores sociais latino-americanos, isso não significaria, para os autores do documento, “transportar mecanicamente” o “instrumental operacional”, tampouco as expectativas e diagnósticos adequados à realidade europeia. Ao contrário, dever-se-ia atentar às diferenças da realidade latino-americana, o que “exige um esforço de tradução tanto analítico quanto político do conceito de coesão social para nossa região” (*idem*, p. 288),

Assim, a aposta é na possibilidade de se recriar orientações mais gerais do que seja *coesão social* para uma rubrica latino-americana – o que mais uma vez demonstra a adaptabilidade do conceito que, acima vimos, já teve seu conteúdo bastante transformado. Em

outras palavras, trata-se de analisar a realidade da região por meio de diálogos interdisciplinares (fala-se em debates e seminários entre sociólogos, economistas, historiadores e cientistas políticos), a fim de se diagnosticar “problemas” próprios da América Latina, que certamente não seriam os mesmos verificados no Velho Continente. Sobre as contribuições da produção europeia acerca da coesão social, por conseguinte, acrescentar-se-ia a originalidade latino-americana, trazendo à luz uma metodologia própria para fundamentar e controlar a ação política vista como “adequada”. Daí a relevância de se avançar uma interpretação própria da América Latina – qualificada com vivendo um período de *câmbios profundos*, como mencionado. A análise do passado e a projeção do futuro revelam, nesse caso, as características de um projeto social que se busca implementar na região – o qual certamente tem em boa conta a participação empresarial, sobretudo daqueles empresários que patrocinam as organizações em análise.

Considerações finais

Vimos, pois, como de uma história particular na Europa, o conceito social atravessa o globo e chega na América Latina, trazido pela ação de burguesias que o instrumentalizam na defesa de seus interesses. Metamorfoseado neste interím, a noção, antes voltada a descrever o padrão mínimo de consenso necessário para a existência de sociedades complexas em geral, passa a significar também políticas econômicas cuja determinação, contudo, variou ao sabor das transformações das relações sociais de produção. Pelo lado do *canal* de veiculação desse conceito, esclareceram-se as conexões que ligam o Estado espanhol a *think tanks* por ele patrocinados na América Latina – cujo objetivo era, sobretudo, fertilizar o solo social para assegurar a realização de inversões espanholas no subcontinente.

A pesquisa, assim, busca auxiliar a compreensão de aspectos da mútua relação entre classes sociais em nosso tempo. Àqueles que apostam no *retorno das lutas de classes* na década de 2010 (SINGER, 2012), os resultados demonstram que ela jamais esteve ausente, frequentemente se efetivando, porém, em outros cenários que não o *mundo do trabalho stricto sensu*. De fato, simultaneamente produto e produtora da história, tal dinâmica deve ser apreendida em sua historicidade – sendo algo ingênuo procurar, no presente, fenômenos sociais com vestes típicas do passado.

Demonstraram-se, aqui, as origens da formação de normas e tratados internacionais; a conversão de obras científicas em armas nas disputas sociais; e o sociometabolismo de formação de consensos e articulação de ideias entre entidades de saberes técnicos que,

subsumidas, a um só tempo, à dinâmica própria da ciência e ao acicate do capital, traduzem e reconstróem teorias sociológicas adaptadas às disputas travadas em dado espaço-tempo.

Se o primeiro elemento apresentado não parece demandar maiores explicações, os últimos merecem, ao menos, uma rápida explanação, composta basicamente por apontamentos permitidos pelo espaço. No que diz respeito à ciência, ainda que dinamizada pelo capitalismo, seria um disparate reduzi-la a uma função reprodutiva do sistema. Ela tem sido historicamente, ao contrário, polo gerador de contradições e fronteira de disputas. Assim, a ciência pode tanto alicerçar a ordem quanto pô-la em risco. Um imperativo do campo científico, entretanto, deve ser considerado, qual seja a pretensão à neutralidade. Por conseguinte, ainda que muitos produtos científicos sejam geneticamente identificados com os campos em disputa, muito frequente é a conversão ulterior dos avanços em armas pelas classes em conflito. No caso em tela, a pretensão universalista e *axiologicamente neutra* evidente na obra de Durkheim sistematizou um conceito que, depois, ganhou autonomia, tornando-se parâmetro para ação social burguesa na Europa e, logo, no mundo.

É essa tensão entre pressupostos que fundamentam a consagração no campo científico, como o distanciamento em relação ao objeto, e os imperativos de um mercado de intelectuais (a busca por cargos ou participações em instituições de prestígio, a necessidade de financiamento de pesquisas, a importância do lançamento de livros por editoras com capital simbólico incorporado, etc) que marca a ação das entidades ora analisadas, sobretudo dos intelectuais que dela participam e com ela contribuem ao conceder suas contribuições e seus trabalhos. A captura dos principais postos nesse subsistema por agentes do capital tolda o sociometabolismo do campo científico com feições próprias do capitalismo, ainda que efetivamente não o esterilize em seu potencial transformador. Deriva daí, entretanto, o poder de *APHs* no debate público, bem como das classes sociais que veem, assim, sua rede associativa proliferar também animadas por uma dinâmica que ultrapassa os interesses propriamente político-econômicos, mas que se torna fundamental para eles, sobretudo pela concessão do prestígio científico a pautas essencialmente classistas.

Diante disto, é este panorama: cerca de 65% dos participantes do IFHC são acadêmicos ou *experts* reconhecidos como autoridades nos temas sobre os quais versam. Em sua atividade, prestam homenagem aos institutos que, em troca, têm sua posição no campo favorecida. A aposta no discurso científico como criador de legitimidade ideológica é algo a ser ressaltado; o fenômeno, entretanto, é maior do que isso. A formação de redes organizativas empresariais conta com o prestígio adquirido por serem precisamente o que são, isto é, aparelhos da classe dominante. Se justapostas às determinações do campo científico e do

mercado de intelectuais, seu potencial de formação de consensos aumenta, dada a proliferação de produtos ideológicos derivados da dinâmica concorrencial daqueles espaços. Do ponto de vista burguês, mais importante do que uma entidade especialmente poderosa é a rede de múltiplas entidades que concorrem entre si pelo prestígio de serem as dirigentes da classe – produzindo opções políticas para as múltiplas tendências presentes no metabolismo do capital. Uma oferta de orientações mais vasta é a garantia de um acervo repleto de alternativas teórico-políticas, chanceladas pela lógica do campo científico, para assegurar uma forma *suave* de dominação; ou mesmo legitimar o tacão de ferro sempre que necessário.

Finalmente, a relação entre o investimento empresarial em redes associativas e uma forma consensual de imposição do capitalismo parece ter sido um vínculo forte, sobretudo da Segunda Guerra Mundial para cá. Este movimento foi também baseado na defesa da democracia e de pactos sociais amplos – que asseguravam certo *humanismo* como ideal das relações sociais, mas também a posição cimeira da grande burguesia. A mais recente crise capitalista, contudo, tem destacado entidades de outro tipo – que antes existiam em certa marginalidade, como exército ideológico de reserva. Igualmente burguesas, mas que apostam na hipertrofia da coerção sobre o consenso, o avanço dessa *nova direita* põe em risco aquela que se constituiu como forma *normal* de dominação: a democracia. O prestígio de que certos princípios gozaram até ontem, como o da coesão social, talvez estejam com os dias contados. A história dirá.

O certo é que o tecido societário é constantemente fabricado por fiandeiras que se espalham pelo globo. Múltiplos *APH's* ocupam espaços, tecem conexões, adentram Estados... a globalização que jaz por trás do cenário é, essencialmente, palco do aumento de trocas de tecnologias políticas pelas classes dominantes – sendo as entidades referidas importantes nós dessa rede formativa. O monstro é grande, e nem a mais potente grande angular seria capaz de capturá-lo por inteiro. Só podemos vê-lo fracionado, através de relances como este.

Referências

AECID. PLAN DE ACCIÓN AGENDA 2030, 2017.

ANDRÉS, Javier, DOMÉNECH, Rafael e MOLINAS, César, “Growth, Convergence and Macroeconomic Performance in OECD Countries: A Closer Look”, Documento de Trabajo D-93003, Maio, DGP, Secretaria de Estado de Hacienda, Madrid, 1993.

BÉJAR, Ramon Casilda. La década dorada. Economía e inversiones españolas en América Latina 1990-2000, Universidad de Alcalá, 2002

BRAGA, Ruy. A restauração do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. O investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe. Documento informativo, 2001

CEPAL. O investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe. Documento informativo, 2018

CRAFTS, Nicholas e TONIOLO, Gianni, “Postwar Growth: an overview” em *Economic Growth in Europe since 1945*, Crafts e Toniolo, eds, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1996 pp. 1-37

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p 1-70.

FONTES, Virgínia. *Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GUILÉN, M. F. *The rise of Spanish multinationals*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HOBBSBAWM, Éric. *A era dos extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

RUESGA, M. S.; BÈJAR, R. C. *Impactos de las inversiones españolas en las economías latinoamericanas*. Madrid: Marcial Pons, 2008.

RUPPERT, Lídia; BERTELLA, Mário Augusto. *A internacionalização das empresas espanholas*. *Rev. Econ. Polit.* vol.32 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2012

RUPPERT, L. e LIMA, L. A. F. (2011), “Espanha”, in Acioly L.; Lima, L. A. F.; Ribeiro, E., orgs. *Internacionalização de Empresas: Experiências Internacionais Seleccionadas*. Brasília: IPEA, 2011.

SÁNCHEZ DÍEZ, A. *La internacionalización de la economía española hacia América Latina: los elementos determinantes en el inicio y la consolidación del proceso*. Burgos: Universidad de Burgos, 2002

SHONFIELD, Andrew. *O capitalismo moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SORJ, Bernardo; MARTUCCELI, Danilo. *O desafio latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VASAPOLLO, Luciano; CASADIO, Mauro; MARTUFI, Rita; CARARO, Sérgio, *A Europa do capital*. São Paulo: 2004

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, 1992

Sites de pesquisa

https://pt.wikipedia.org/wiki/Coes%C3%A3o_social

https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_pt

www.exteriores.gob.es/Portal/es/PoliticaExteriorCooperacion/Iberoamerica/Paginas/SEGIB.aspx

https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=think_tanks

http://www.cieplan.org/quienes_somos/historia.tpl